

**“EMISSÁRIO DE UM REI DESCONHECIDO”:  
SENTIDOS DO EXÍLIO NO SEBASTIANISMO CONCEBIDO POR  
D. JOÃO DE CASTRO (1604-1605)  
“EMISSARY FROM AN UNKNOWN KING”:  
D. JOÃO CASTRO’S EXILE’S MEANINGS IN SEBASTIANISM  
(1604-1605)**

BRUNO ROMANO RODRIGUES  
Universidade de São Paulo, FFLCH-USP  
romanorodrigues@usp.br  
<https://orcid.org/0000-0001-7021-6913>

Texto recebido em / Text submitted on: 23/06/2019  
Texto aprovado em / Text approved on: 22/01/2020

**Resumo:**

O presente artigo reflete sobre o exílio do letrado português D. João de Castro (1550?-1628?) durante a União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal esteve politicamente vinculado à Monarquia Hispânica. Para isso, analisa-se a obra intitulada *A Aurora da Quinta Monarquia* (1604-1605) no intuito de apreender alguns dos possíveis significados das experiências vivenciadas durante seus deslocamentos pela Europa, particularmente na França, onde o fidalgo permaneceu por maior período de tempo. Conclui-se que o desterro de Castro, imputado pela literatura especializada como o criador do sebastianismo, se expressou, no plano discursivo, como penitência escatológica (individual e coletiva), capaz de remediar os supostos males da distância por meio da elaboração de um projeto político de caráter messiânico que colocasse termo ao domínio castelhano sobre Portugal.

**Palavras-chave:**

Exílio; Sebastianismo; União Ibérica; D. João de Castro.

**Abstract:**

This article reflects on the Portuguese author (*intellectual*) D. João de Castro exile (1550? -1628?) during the Iberian Union (1580-1640), a period in which Portugal was politically linked to the Spanish Monarchy. To this purpose, the work entitled *The Dawn of the Fifth Monarchy* (1604-1605) is analyzed in order to understand the impact of Castro's experiences during his journeys through Europe, particularly in France, where he remained for a longer period of time. It is concluded that Castro exile, who is regarded by the specialized literature as the creator of Sebastianism, can be considered, on the discursive level, as eschatological penance (individual and collective), capable of healing the supposed evils of distance by means of elaboration of a messianic political project that could bring to an end the Castilian domination over Portugal.

**Keywords:**

Exile; Sebastianism; Iberian Union; D. João de Castro.

**O dilema da distância**

Estar longe e, ao mesmo tempo, estar perto: eis o dilema colocado no horizonte dos homens e mulheres que em diferentes épocas e circunstâncias se viram distantes de seus lugares de nascimento e criação. Mas, afinal, o que é o exílio? Dentre as inúmeras definições possíveis, algumas tratam-no como «a vida levada fora da ordem habitual» (Said 2003: 60), desfecho ou início de uma «experiência de padecimento» (Vidal 2004: 51), e ainda, em termos metafóricos, tal qual uma «terra» que é «a ausência de terra dos que têm terra» (Montañéz 2013: 18).

De qualquer modo, o paradoxo reside no fato do desterrado não pertencer inteiramente nem ao mundo que deixou para trás, nem à cultura em que vivencia sua proscricção, seja de modo forçado ou como fruto de sua própria iniciativa. Híbrido, dividido entre as memórias do passado e as incertezas quanto ao futuro, os dilemas do «ser» exilado parecem não ter fim. É a partir desta dicotomia que se pode falar num eterno estrangeiro que parte «de» e «para» algum lugar, espaços em relação aos quais ele sempre estará ausente e presente ao mesmo tempo.

Para fins didáticos, a definição comumente aceita é a de mudança ou deslocamento de uma «unidade de preferência» (Cielens 1985: 8), que pode abranger desde a cidade natal até noções comunitárias mais amplas, tais como Reino, Estado e Nação. Contudo, além da distância física, dimensionada por critérios geográficos, estudos mais recentes chamam a atenção para a «condição produtiva» (Montañéz 2013: 182), a «experiência do infortúnio» (Queiroz 1998: 17) e o «estado psicológico» (André 1992: 20) que caracterizaram suas mais diferentes formas de expressão ao longo da História.

Retomando o sentido original da expressão latina *exilium*, prehe da idéia de «saltar fora», a atenção do presente artigo se volta para a carga de experiência que o termo exprime em conjunturas específicas – a exemplo do cenário político-social português durante o reinado dos Filipes –, e não propriamente à confecção de um conceito aplicável a todo e qualquer tempo e espaço.

Na Península Ibérica, de modo geral, muitos foram os fluxos e deslocamentos populacionais. Os mais intensos talvez tenham acontecido em decorrência da perseguição aos focos de islamismo ao longo da chamada Reconquista Cristã e do constante trânsito dos judeus atingidos pelo recrudescimento do antissemitismo e da perseguição aos cristãos novos, em que pese os rigores dos tribunais inquisitoriais aos sefardistas.

Em Portugal, ainda durante a Idade Média, diversas práticas punitivas se utilizaram da pena do degredo em direção aos domínios ultramarinos localizados na América, África e Ásia. A partir do século XVI, na vigência do Antigo Regime luso-espanhol, esse tipo específico de exílio se consolidaria como uma das principais formas de punir os condenados por tribunais civis e religiosos.

#### **D. João de Castro: vida e obra no exílio**

Do macro ao micro, o presente estudo propõe reduzir a escala de observação para analisar a trajetória do letrado D. João de Castro, um dos mais importantes exilados portugueses do início dos seiscentos, considerado pela literatura especializada como o idealizador do Sebastianismo – movimento político-social que acreditava na volta do rei D. Sebastião, monarca desaparecido na batalha de Alcácer Quibir (1578), ocorrida no Marrocos, em uma cruzada anacrônica para combater a influência muçulmana.

A respeito do desterro enfrentado por Castro, o historiador português João Carlos Serafim destacou a dificuldade de apreender o tema em meio às teses de alguém que parece ter vivido «essencialmente em função do passado», razão pela qual preteriu «qualquer tipo de discurso sobre o presente que preferia esquecer» (Serafim 2004 tomo II: 373). Ainda segundo Serafim, o tal passado a ser lembrado divide-se, basicamente, em dois momentos.

O primeiro, de caráter itinerante, vai de 1580, quando, com cerca de trinta anos de idade, D. João de Castro aderiu ao partido antonista, exercendo forte oposição aos interesses espanhóis sobre Portugal, a 1601, já com mais de cinquenta, quando se estabeleceu definitivamente em Paris após breve passagem por sua terra natal. Já a segunda etapa compreende o período que vai de 1601 até 1628, provável ano de sua morte, e se caracteriza pela sedentarização em território francês junto a uma comunidade de conterrâneos que se encontrava radicada naquela região.

Na capital francesa, entre outras coisas, Castro concretizou seu antigo interesse pelo mundo das letras e passou a escrever compulsivamente no afã de elaborar um corpo teórico para o sebastianismo, buscando ampliar também sua atuação junto aos grupos que contestavam a nova ordem política em Portugal. Sobre essa prolífica literatura, vale atentar para o fato de que não escreveu uma única linha de seus textos em solo lusitano. Absolutamente tudo que legou à posteridade foi produzido no exterior.

Sua obra manuscrita mais extensa, intitulada *A Aurora da Quinta Monarquia* (1604-1605), tinha por objetivo não somente demonstrar que o rei lusitano estava vivo como atestar por meio de interpretações de antigas profecias que o mesmo voltaria para redimir Portugal do «julgo espanhol»<sup>(1)</sup>, isto é, colocar termo ao poderio dos Filipes sobre sua terra natal.

Além de aprofundar as principais ideias de seu projeto messiânico anticastelhano, ao longo da referida obra, é possível entrever os impactos de suas vivências no estrangeiro. Nesses escritos, a exegese profética que marcará a integralidade de sua produção intelectual no exílio se coaduna sutilmente aos aspectos autobiográficos do autor, conferindo um estatuto particular ao manuscrito que se transformou em referência à crença sebástica, dentro e fora do território lusitano.

---

(1) Neste artigo, será mantida a grafia original dos trechos citados da obra de D. João de Castro, sem correções ou atualizações.

Se Castro não estava de corpo presente na genésica terra, não se pode negar que, por diferentes maneiras, a ela permaneceu vinculado em um momento insólito da história portuguesa. O cenário do pós Alcácer Quibir chama a atenção pela amplitude do horizonte de possibilidades de um reino que tentava se recuperar de uma tragédia sem precedentes – e que, gradativamente, presenciou choques cada vez mais intensos entre correntes políticas que começavam a disputar os espaços de poder. A morte do Cardeal-Rei D. Henrique, tio avô do *Desejado*, proporcionaria uma ampliação ainda maior da arena política.

### Uma trajetória de deslocamentos

D. João de Castro era neto homônimo do célebre governador e Vice-Rei das Índias, tendo vivido entre os anos de 1550 e 1628, muito embora suas datas de nascimento e morte permaneçam incertas. Seu pai, D. Álvaro, fiel escudeiro do patriarca na administração ultramarina, se envolvia com uma cristã nova, a qual deu à luz o futuro teórico do sebastianismo.

Logo após o parto, seu progenitor casou-se com Ana de Ataíde, com quem teve onze filhos, sem contar os quatro ilegítimos, frutos de outros relacionamentos. Mesmo sendo considerado bastardo, em diferentes circunstâncias, D. João de Castro externou o orgulho que sentia do tronco paterno, esforçando-se por explicitar as relações de D. Álvaro com o *Desejado* – intensas a ponto de ter sido nomeado Vedor da Fazenda e membro do Conselho de Estado, além da chefia de numerosas missões diplomáticas, como a que tentou negociar um frustrado casamento entre D. Sebastião e Margarida de Valois.

A proximidade do filho bastardo com a família Castro vinha dos tempos de infância, quando desfrutou da companhia da avó, principal responsável por seu ingresso no mosteiro de Penhalonga, localizado nas imediações de Sintra. A mudança de ares viria em 1567, com a matrícula no tradicional colégio de Évora, nos cursos de Artes e Teologia. Neste período, segundo o próprio autor em estudo, seu pai veio a falecer, intercorrência que o teria feito retornar a Lisboa no fatídico mês de agosto de 1578, quando começaram a circular as primeiras notícias sobre a derrota portuguesa no Marrocos.

Diante do imbróglgio dinástico que se seguiu, Castro acabou tomando partido de D. António, o mais importante oponente de Filipe II na disputa

pela sucessão do trono português. Tal decisão acarretou em uma fuga improvisada à França, em fins de 1581, e nas expedições às Ilhas de S. Miguel e Terceira, ocasião em que teria sido ferido na perna por um tiro de arcabuz.

Já membro do Conselho de Estado antonista, tomou a decisão de voltar brevemente a Portugal, passando pelos Países Baixos e Inglaterra, onde, segundo ele, teria sofrido com o «desamparo, grandes necessidades, nudezas e fomes». As alegadas dificuldades se transformaram em insatisfação, e a ruptura com D. António sacramentou a ida do fidalgo à Paris. Alimentando a partir de então a ideia de que o *Desejado* não havia morrido em combate, escreveu sua primeira obra impressa, intitulada *Discurso fallando com El Rey D. Sebastião* (1588) – passo inicial de um processo de revisão de sua própria história, a começar pelo período em que esteve a serviço do Prior do Crato.

A este respeito, o historiador português Joaquim V. Serrão observou o seguinte paradoxo:

A dolorosa velhice e os sofrimentos por que tinha passado em quase meio século de penoso exílio haviam feito esquecer ao infeliz D. João de Castro que também ele achara legítima a aclamação de D. Antonio, para o que viera expressamente das províncias do norte a fim de seguir o partido fiel à causa nacional (Serrão s.d.: 37).

Na proscrição parisiense disse ter vivido «como hu pedacinho de taboa no naufragio», dificuldades que ocasionaram sua reintegração às fileiras antonistas sediadas na Inglaterra, para onde voltou em 1593. Diante da morte do líder da corte itinerante, dois anos depois, e novamente instalado na capital francesa, Castro teve de encontrar uma nova causa para defender, e ela não tardou a aparecer em meio às correspondências trocadas com alguns de seus patrícios.

Dois deles, Antonio de Brito Pimentel e Pantaleão Pessoa, atestavam o aparecimento, na cidade de Veneza, de um homem que alegavam ser D. Sebastião. O alvoroço em torno da misteriosa figura começou a preocupar as autoridades italianas, que, imediatamente, comunicaram os espanhóis sobre o fato. Encarcerado e submetido a sucessivos interrogatórios, o calabrês Marco Túlio Catizone enfim admitiu ter assumido indevidamente o papel de rei de Portugal em virtude da insistência de alguns amigos seus, veteranos da batalha de Alcácer Quibir, que o haviam considerado muito parecido com o *Desejado*.

A despeito dos esforços empreendidos pelo grupo de cerca de vinte pessoas, responsável, em 1600, pela obtenção da liberdade provisória do impostor, as pressões castelhanas colaboraram, decisivamente, para a sua expulsão da cidade dos Doges. Em resposta à repressão, o plano de fuga organizado consistia em embarcá-lo para a França via Livorno, mas a rota não se concretizou e Catizone, novamente, caiu preso, desta vez, em Florença. Conduzido em seguida para Nápoles, onde ficou detido por mais algum tempo, uma nova sentença o condenou às galés.

Naquele momento, vivia-se um impasse. Os espanhóis pareciam não saber como colocar um ponto final na contenda, embora já tivessem descartado, temendo uma possível sublevação popular, a ideia de julgá-lo em território lusitano. Todavia, rumores de que os franceses preparavam uma invasão a Portugal com o objetivo de conduzir o falso D. Sebastião ao trono fizeram com que as autoridades castelhanas tomassem a decisão sumária de condenar o réu à pena de morte, executada em 1603.

Malograda a conspiração, os envolvidos se dispersaram pela Europa. Castro encontrou guarida definitiva em Paris (onde permaneceu até a sua morte, no provável ano de 1628), na casa do compatriota Diogo Manuel, dali em diante, sua espécie de mecenas. Ainda em busca de apoio para a causa do impostor veneziano, de acordo com seus relatos, estivera pela última vez no genésico solo entre abril e julho de 1601, passando pelas cidades de Lisboa, Viseu e Aveiro.

Sem sucesso, optou por divulgar suas teses através da escrita, legando à posteridade uma produção que contabiliza vinte e dois volumes autógrafos, material depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa em 1859 (Silva s.d.: vol. III), além de dois impressos (a *Paraphrase et concordancia de algvas Prophecias de Bandarra* e o mencionado *Discurso* sobre D. Sebastião), ambos publicados na França, em 1603, sob licença régia, pela oficina de Martin Verac.

Dentre a grande quantidade de manuscritos, um em especial acabou ganhando importância póstuma para os estudiosos do movimento sebastianista, seja pela profundidade dos temas abordados, seja pelo extenso conjunto de citações a obras e autores da literatura profética de maneira geral. Na perspectiva de torná-lo público, recentemente o historiador português João Carlos Serafim transcreveu e editou os originais de *A Aurora da Quinta Monarquia*, material que Castro disse não ter conseguido publicar em virtude dos altos custos da operação.

Produzida e, posteriormente, reorganizada no exílio parisiense, a «obra mãe» se desmembrou por vontade do próprio letrado em favor

de outros escritos seus: *Novas Flores sobre a Paraphrase do Bandarra* (Castro 1614: 7º vol.), para onde migraram os capítulos 22º ao 26º, e o *Tratado dos Portugueses de Veneza* (Castro 1621: 17º e 18º vol.), receptor da espécie autobiografia que, originalmente, compunha o 21º capítulo da *Aurora*.

### **As (muitas) representações de um homem**

No âmbito acadêmico, pode-se afirmar que Castro é, consensualmente, considerado o fundador do sebastianismo, exceto na opinião dos historiadores portugueses José E. Franco e Bruno C. Reis, que atribuíram ao *Tratado da Quinta Monarquia*, escrito pelo frei Sebastião de Paiva no ano de 1641, «o primeiro grande esforço de elaboração teórica» (Franco e Reis 2006: 84) do referido movimento messiânico.

A formação desse consenso se deve em grande medida a João Lúcio de Azevedo, intelectual lusitano que no começo do século XX conferiu ao letrado o epíteto de São Paulo da crença sebastica, em referência à personagem bíblica que simboliza a disseminação do cristianismo pelo mundo. Outro aspecto digno de nota refere-se ao trecho no qual Azevedo afirmou que, entre os homens que haviam conduzido Portugal à «demência coletiva do sebastianismo», Castro podia ser interpretado mais como «maníaco de boa fé» do que «consciente embusteiro» (Azevedo 1947: 45). Ao longo dos novecentos, a reboque das teses defendidas por Azevedo, outros historiadores acrescentaram novos (e por vezes complementares) pontos de vista sobre a vida e a obra do tal «maníaco».

Na década de 1950, o brasileiro Eduardo D'Oliveira França identificou na exegese castrista a acomodação das «profecias populares de Bandarra à causa do sebastianismo» (França 1997: 249). Mais recentemente, o francês Jean Delumeau ressaltou a influência da escatologia jesuítica oriunda de Évora sobre o messianismo desenvolvido posteriormente no exílio (Delumeau 1997: 185), enquanto a também francesa Lucette Valensi enfocou o papel do fidalgo no processo que transformou uma esperança difusa em «ideologia» (Valensi 1994: 135). Praticamente na mesma linha de raciocínio proposta por Valensi, a brasileira Jacqueline Hermann a ele atribuiu a cristalização da ideia do «Encoberto esperado ser o próprio D. Sebastião» (Hermann 1998: 206).

Sintetizando a produção intelectual portuguesa de inclinação nacionalista, para Martim de Albuquerque o letrado ajudou a difundir



a nova crença graças às seguintes características: «inalterável capacidade de sofrimento», «estóico e orgulhoso desinteresse pelos bens materiais», «entranhado amor da pátria», «extraordinária tenacidade e lição de energia», «resistência à adversidade e amor ao ideal» e «espírito poético e uma moral heróica» (Albuquerque 2000: 304, 321, 322).

Empregando praticamente a mesma terminologia de Albuquerque, na introdução a uma obra de Castro publicada já no final do século XX, Aníbal Pinto de Castro asseverou ter detetado na leitura dos originais um «generoso desprendimento dos bens materiais», além da «estóica e serena capacidade de sofrimento e o heróico sentido do sacrifício». Profundamente «barroca», no entender do filólogo e literato português, a produção letrada do fidalgo seria resultado da mescla entre «grandeza e loucura», ambas a serviço da «ancestral consciência dos deveres para com a Pátria» (Pinto de Castro 1994: 4, 10).

Levando em consideração o panorama interpretativo acima esboçado, é possível apreender as inúmeras mutações da imagem de D. João de Castro ao longo do tempo, a saber: São Paulo do sebastianismo, maníaco de boa-fé, exegético apaixonado, ideólogo, estóico, sebastianista letrado, portador de inteligência doentia (D'Antas s.d.: 156), impostor (Sérgio 1980: 243), nobre decadente (Dobroruka 2000: 9) e arbitrista (Serafim 2013: 7-72).

Na tentativa de superar as definições baseadas em visões preconcebidas ou juízos de ordem moral, e na mesma medida suplantar o paradigma do patriotismo e da resistência, traço comum a muitas das interpretações sobre o referido personagem, o presente artigo tentará mostrar que, no bojo de suas idas e vindas pela Europa, o pretensão nacionalismo de D. João de Castro pode ser mais apropriadamente entendido como uma proposta messiânica de redenção coletiva submetida a um projeto teológico-político essencialmente antifilipino.

## **Sentidos do exílio nos escritos de D. João de Castro**

Nesta parte serão investigados os sentidos adquiridos pelo desterro no livro intitulado *A Aurora da Quinta Monarquia*, escrito por Castro entre os anos de 1604 e 1605. Vale salientar de antemão que, tal como a maior parte de sua produção intelectual, a chamada «obra mãe» não é um texto *sobre*, mas um texto *no* exílio. Mesmo não se tratando de um relato das suas experiências no exterior, a análise busca compreender seu

processo de escrita em relação direta e contínua com o longo período em que esteve proscrito pela Europa; visto que, entre outros aspectos, todo o edifício teórico de seu sebastianismo «além fronteiras» baseou-se em tradições proféticas estrangeiras e, materialmente falando, na consulta a livros encontrados em cidades como Paris e Veneza.

### **A emulação histórica através da *Figura cristã***

Metáfora do advento da Quinta Monarquia que faria redimir a cristandade de seus pecados e impor-se, definitivamente, sobre seus inimigos, a *Aurora* traria consigo, de acordo com o autor, os primeiros raios de um sol ainda encoberto:

Quem ha, a quem a Manhaam em começando de romper, não alegre todos os espíritos, inda que não amanheça de todo? Ou qual he o dia, por mais fermoso que seja, que não tenha sua manhaam? Tãograçiosa muytas vezes, como aparece depois em sua fermosura. Costuma romper a Alva primeiro, de claridade em claridade, ate nascer o sol com os rayosemnevoados, parecendo que não pode abrir os olhos como dorminhoco. Depois desempeçandoos das nuvens, e resplandecendo em sua força pello universo; não ha ja quem se lembre da manhaam, com a fermosura do dia. E com muyta razão: por que não tem entre si nenhuã comparação, pois elle he o porque se espera, e o que enche os desejos dos Mortaes: e ella não he que huã Alvorada que lhes da do comprimento, e chegada delles (Castro 2011: 38).

Como se pode depreender a partir do trecho acima, na versão sebastianista, a triste deusa greco-romana Aurora (mãe de Mêmnon, relevante personagem da Guerra de Tróia, por quem ela chorava através do orvalho das manhãs) se transforma em prelúdio da bem aventurança cristã, agregando ao título da mais importante obra de Castro a ideia de redenção dos supostos males que se abateram sobre Portugal em fins dos quinhentos, desde a aclamação de Filipe II pelas Cortes de Tomar e o conseqüente início do que a historiografia convencionou chamar de União Ibérica (1580-1640).

A partir desse mote, a interpretação do fidalgo sobre a realidade portuguesa da virada do século XVI para o XVII atenta para o aspecto

*figurado* que o filia a uma temporalidade essencialmente cristã, aquela que vai do Éden ao Juízo Final. Em termos conceituais, o filólogo e literato alemão Erich Auerbach definiu a «figura como algo real e histórica que anuncia alguma outra coisa que também é real e histórica» (Auerbach 1997: 27). Sempre à espera de «preenchimento semântico», tal procedimento compreendia, em suas origens, o estabelecimento de nexos entre dois ou mais eventos por meio da associação de personagens do Antigo com os do Novo Testamento. Confirmando a operacionalidade do conceito, ao consultar a Bíblia, o próprio Castro disse ter encontrado no «Testamento Velho muytas, e muy grandes figuras, e copiosissimas profeçias pellos Prophetas Sagrados» (Castro 2011: 416).

No caso do sebastianismo castrista, seu discurso teológico-político procurou, em primeiro lugar, concatenar a União Ibérica com um dos mais remotos eventos da história nacional portuguesa, a batalha de Ourique (também chamada de milagre), ocorrida no ano de 1139. Nos primórdios da Reconquista Cristã, nome dado ao longo processo de expulsão dos muçulmanos da Península Ibérica, a mensagem anunciada a D. Afonso Henriques, considerado o fundador e primeiro mandatário do reino, garantia a vitória cristã sobre os infiéis, bem como a proteção de sua dinastia até a décima sexta geração, justamente a do *Desejado*; donde o letrado infere que o desastre africano já havia sido anunciado ao «primeiro Real progenitor».

As *figuras* não ficariam restritas às relações estabelecidas entre D. Sebastião e D. Afonso Henriques. Dentro dessa lógica, outra personagem reivindicada é a do ermitão que teria profetizado o triunfo português frente aos mouros nos campos de Ourique. Acreditando piamente na existência de um indivíduo quase mítico, Castro lamentava o total desconhecimento sobre sua «profissão, vida, santidade e fim» (Castro 2011: 56). Ainda segundo o fidalgo, a única menção encontrada constava no célebre juramento em que o próprio afirmava ter vivido sessenta e seis anos no exílio antes de ter podido anunciar «tamanhas maravilhas» ao futuro rei.

Aliado ao fator desterro, o estigma das origens configura um ponto em comum entre o ermitão e o próprio Castro, haja vista a similitude entre orfandade do «santo velho» e o fato do autor ter convivido com a pecha da bastardia durante toda a sua trajetória. A isso se acrescentou a ideia de que, para comunicar suas bênçãos, o Criador sempre se valeu

de «hu Propheta Portugues sem pay nem may, e sem começo e fim» (Castro 2011: 57), reforçando o fato de ambas as *figuras* compartilharem da mesma missão histórica: a de comunicar aos seus coevos os desígnios que a Providência reservou aos portugueses em diferentes tempos e contextos.

Ainda no que tange ao ermitão, o fundador do sebastianismo parece ter construído uma espécie de «genealogia retórica» com o intuito de, em primeiro lugar, vincular o mítico personagem presente na lenda de fundação do reino com outra célebre personalidade medieval, o Beato Amadeu. Posteriormente, a herança profética teria sido transferida ao sapateiro Bandarra, chegando logo a seguir à *figura* do próprio Castro, autorrepresentado como um autêntico e legítimo emissário da mensagem de esperança a partir de então reatualizada.

Segundo a linha interpretativa proposta na *Aurora*, mesmo desvalorizados em suas respectivas épocas, à tais personagens estariam garantidas a «grandeza da pequenez». Utilizada de forma estratégica, a (pseudo) desvalorização buscava ressignificar, no caso do fidalgo, o estigma das origens através do ofício da escrita – como se pode inferir da representação que Castro faz de toda a sua trajetória –, um dos possíveis mecanismos de ascensão social durante o Antigo Regime (Hespanha 2006: 121-143).

A partir dessas emulações, segundo a terminologia empregada por Carlos Ascenso André (André 1992: 83), seria possível entrever nos escritos sebastianistas produzidos no exílio a presença da tópica ovidiana que consiste na «funcionalização da memória» por meio de «exemplos míticos ou históricos». Nas obras de Ovídio, especialmente nas *Cartas Pônticas*, a menção e a comparação a outros exilados cumpriam a função retórica de embasar a narrativa segundo a qual o desterro do poeta latino havia superado todos os casos anteriores (Ovídio 2009: 3-40).

A peculiaridade da «obra mãe» reside no protagonismo atribuído ao missionarismo católico que referendava ciclicamente os desígnios divinos garantidos a Portugal desde o «Milagre de Ourique». Se, em 1603, a publicação da referida *Paráfrase* significou a «opção definitiva de Castro pela interpretação profética da saga sebastianista», como sustenta a historiadora Jacqueline Hermann (Hermann 1998: 205), entre 1604 e 1605, as tais *figuras* míticas e históricas contidas na *Aurora* teriam necessariamente que atualizar seu significado para o cenário político da União Ibérica.

## A função do sofrimento na construção do sentido negativo do exílio

Temendo destino semelhante ao do ermitão que havia morrido sem registrar sua própria história, Castro dedicou o vigésimo primeiro capítulo da referida obra para falar de si. Incorporada, quase vinte anos depois, ao *Tratado dos Portugueses de Veneza*, nessa espécie de autobiografia, o exilado fez a seguinte afirmação:

[...] de mi grandes façanhas, gabos, e louvores pois nada disso tenho. Somente quero deixar em memoria a pouquidade de minha pessoa, e de minha fortuna, com a pouca valia minha. [...] Como eu não sou Rey, Principe, Senhor, grande, poderoso, rico affamado, ou dalgua maneira conhecido quem se ha de lembrar de mi [...] Portanto determino de ser eu mesmo meu historiador de minha vergonha e mofinas (Castro 1621: 423).

A narrativa sobre os alegados infortúnios se expressava, como assinalado anteriormente, pelo estigma da bastardia. Sobre a mãe, provavelmente cristã nova, o fidalgo afirmava não convir «dar-me por achado desta parte». O texto prossegue com breves comentários sobre a infância e a juventude, período dividido entre a casa da avó paterna e o mosteiro de Nossa Senhora de Penha Longa, de onde disse ter fugido, em 1567, com o propósito de iniciar os estudos universitários em Salamanca. Mas, por força do Espírito Santo, segundo Castro, ele e o colega Manuel Carreira não conseguiram chegar à Espanha, indo parar em Évora.

No Alentejo encontrou guarida na casa de João Pinto, que o aconselhou a fazer matrícula na Universidade de Évora. Já aluno dos cursos de Artes e Teologia, alugou um pequeno quarto no centro do qual afirmou ter encontrado uma cruz firmemente encravada, símbolo de que a providência continuava velando seus caminhos. Meses depois, Carreira voltou a Lisboa, deixando ao amigo o restante do dinheiro que carregava desde a fuga. Acabados os recursos, conta ter se tornado um «pobre dos que pediam pelas portas» (Castro *Apud* Azevedo 1947: 138). Sem ter para onde ir, voltaria a morar de favor na casa de Pinto, passando a sobreviver de pequenos biscates e da esmola concedida pelo arcebispo D. João de Melo.

Logrou em seguida o apadrinhamento de João Mendes de Oliveira, aceitando seu convite para morar na residência da família. Sob o patrocínio do Morgado de Oliveira, morto, tempos depois, em Alcácer Quibir, conseguiu entrar no disputado «Colégio dos Colegiais», desfrutando da «primeira mesa, que era de quinze mil réis por ano» (Ibidem: 140).

A despeito da alegada vida de pedinte, obteve outros recursos junto ao cardeal D. Henrique, na época diretor da instituição, e D. Fernão Martins de Mascarenhas, futuro reitor da Universidade de Coimbra e Inquisidor-Mor do reino. Tais benesses possibilitaram o usufruto de uma «vida colegial muito melhor que muitos abastados» (Ibidem: 141), a isso se somando a colaboração financeira de seu progenitor.

Em razão da morte do pai, recebeu diretamente de D. Henrique o arcebispado de São Gião da Silva, com significativo rendimento monetário; e do tio, outra pensão. Alegando «pouco favor para crescer nas Letras» (Ibidem: 143), decidiu novamente pegar o rumo de Castela, agora para entrar na ordem religiosa dos «cartuxos». Alguns professores teriam tentado demovê-lo da ideia, prometendo novos benefícios em caso de permanência. Resoluto, seu plano só seria alterado por uma grave doença de «febres contínuas» (Ibidem: 144) que o teria deixado à beira da morte.

Segundo o seu próprio relato, o ano (1578) e o mês (agosto) da malograda viagem à Espanha e do retorno à Lisboa coincidem com o sumiço de D. Sebastião na África. Concatenando sua trajetória individual com o fracasso de Alcácer Quibir, a tal febre parece cumprir a função de antever o advento da União Ibérica, como se a Providência tivesse cuidadosamente evitado, por meio duma enfermidade, a ida de Castro ao lugar que manteria Portugal sob «cativeiro» durante os sessenta anos subsequentes.

De volta à corte, disse ter sido hospedado por um dos irmãos, ficando na companhia de familiares até o verão seguinte, quando partiu para assumir a abadia designada pelo Cardeal. Após a terceira e última tentativa de visitar a Espanha, também frustrada, despediu-se da terra natal arremessando nas águas do Minho seus escritos de juventude. O Minho, aliás, apresenta nítida interface entre a autobiografia e a crença na volta do *Desejado*:

[...] no tempo desejado hei-de tornar por mercê de Deus a Portugal, e desembarcar em Entre-Douro-Minho, por onde também El-Rei D. Sebastião, parece que há-de começar a restaurar, e tomar posse do seu Reino. O que se assim acontecer: por certo que falou Deus em mim naquele tempo (Ibidem: 147).

Após a adesão ao partido antonista, quando a crise da sucessão portuguesa atingiu o nível máximo, Castro afirmou ter encontrado sustento por meio de apostas e jogos de azar em geral. Somente a guarida do patricio

Diogo Manuel em Paris possibilitou a superação dos «trabalhos, misérias, e desabrigo [...] grandes misérias, grandes fomes, grandes frios, que os há cá mortais; e finalmente a falta de tudo» (Ibidem: 154).

Sobre a vida na capital francesa o autor acrescentou que ali «o dinheiro dá as honras e a valia», pois «tanto vale cada um quanto tem» (Ibidem: 154). Na lógica da negação, Paris se torna o «não lugar» por excelência, sendo sintomático que a ela o fidalgo não tenha dedicado diretamente nenhuma das milhares de páginas que escreveu durante o seu longo exílio na cidade.

Projetando-se e, no limite, monopolizando os sentidos do passado, as alegadas agruras e dificuldades enfrentadas no exílio se transformam paulatinamente na tônica de sua narrativa biográfica, do começo ao fim; exercendo domínio até sobre aspectos e fatores que originalmente não se relacionavam ao desterro, nem como causa, nem como efeito:

Ouso dizer que criou Deus a poucos desde sua meninice, como a mim, como quem sabia o que me estava por vir [...] Como não soube nunca que coisa era ter, vestir, comer, vaidades, criados, estimas, senão somente sempre necessidades, falta, vestido simples e mesa de colégio, viver apagado e íngreme, apoucado e sem nome: acostumado a isto, não sentia tanto os vaivens da fortuna, e da opinião: sofrendo, e dissimulando bem com todos os descontos da vida, sem estranhar fome, sede, lazeira, extremas necessidades de comer e vestir; abatimentos, e desesperações humanas (Ibidem: 155).

Se Castro não pode ser considerado um cortesão de primeira grandeza, também não é possível identificar nele as «extremas necessidades» sem que se obliterem, entre outros fatores, suas consecutivas locomoções pela Europa. Tendo isso em conta, não é viável acreditar piamente no «estudante pobre» que oferece um relato supostamente neutro sobre suas condições de vida na Universidade de Évora em fins dos seiscentos; ou, de igual modo, segundo João Carlos Serafim, na «situação de penúria» que o impelira a «superar necessidades e atribulações» (Serafim 2013: 122-123). Renovando seu olhar sobre o assunto, em outra ocasião o próprio Serafim chegou a afirmar que a «tentativa de salientar a probidade e os méritos pessoais» teria levado o fidalgo a «caricaturar o desabrigo familiar» como «estratégia de autopromoção» (Serafim 2004 tomo I: 55).

Enquanto estratégia de legitimação discursiva, os «prolongados sofrimentos» são claramente manejados no intuito de despertar a indulgência do público leitor. Seguindo a chave de leitura fornecida

por Carlos Ascenso André, o intercâmbio (e porque não dizer a fusão) dos escritos autobiográficos do fidalgo com as suas interpretações sobre a história política do reino teriam resultado na utilização da tónica ovidiana que consiste na «caracterização disfórica» da vida em «terra alheia» (André 1992: 82).

Muito tempo antes, o cânone retórico de representação do exílio formulado por Ovídio já lograra construir uma ideia eminentemente negativa e hostil sobre o local onde se experiencia a proscricção (Ovídio 2009: 10, 20, 32, 40, 63, 109) – chegando ao ponto do poeta se apresentar como um «miserável desterrado» que escreve sobre suas «desgraças».

Considerando as teses defendidas ao longo da *Aurora*, pode-se afirmar que a representação de uma Espanha «opressora» acaba pautando as interpretações do letrado acerca de eventos anteriores, inclusive ao início da União Ibérica, o que engendrou nexos inusitados, por exemplo, entre suas viagens frustradas a Castela e o conflito dinástico resolvido em favor de Filipe II.

Devidamente *figuradas* nos termos propostos pela temporalidade cristã, as memórias do autor subalternizam os alegados efeitos negativos do exílio ao projeto redentor da Quinta Monarquia, conferindo protagonismo ao *Desejado* (mesmo que na pessoa de um impostor) e catapultando o próprio D. João de Castro a posições que jamais teria acesso por via natural.

### Considerações finais

A máxima do intelectual palestino Edward Said, segundo a qual todo exilado necessita reconstruir sua vida a partir duma «ideologia triunfante ou de um povo restaurado» (Said 2003: 50) parece sintetizar a narrativa messiânica que buscou transformar o fracasso de Alcácer Quibir em prelúdio das futuras conquistas de D. Sebastião. Combinando o destino imaginado para Portugal com uma biografia repleta de idas e vindas, o exílio parisiense de Castro possibilitou a condensação de diferentes matrizes proféticas em torno da *figura* de um monarca concebido como autêntico messias.

De acordo com a presente análise, a interface entre as esferas individual e coletiva expressa na *Aurora* teria resultado na formulação de um discurso de contestação à União Ibérica que não necessariamente



passa pela idealização de uma «ancestral consciência dos deveres para com a Pátria» (Pinto de Castro 1994: 10), ou mesmo de um «patriotismo místico» (Azevedo 1947: 83), como parte da historiografia chegou a sugerir ou endossar. Nesse sentido, a esperança depositada no retorno do *Desejado* opera como a maneira mais apropriada de reparar, no plano discursivo, o que se provou uma irremediável fratura com a terra natal, assim como as eventuais desvantagens da itinerância vivenciada desde a adesão ao antonismo.

Acerca da construção da temporalidade, o «sebastianismo exilado» se apresenta acima de tudo como a negação do tempo presente em que Castro escrevia. Noutras palavras, somente a ressignificação de um passado cada vez mais idealizado parece ter conseguido amenizar os aspectos negativos imputados ao desterro, tornando-o, inclusive, análogo ao de outro (mítico) personagem da história portuguesa: o ermitão que vaticinara o triunfo de D. Afonso Henriques em Ourique.

Dimensionada através do lugar de origem do autor, a proscricção se associa a uma ideia de penitência escatológica somente amenizada pela utopia da conversão universal ao cristianismo e a consequente hegemonia política do reino lusitano sobre a Espanha e a Europa – em consonância com a chave interpretativa apontada pelo historiador brasileiro Luís Filipe S. Lima:

[...] os escritos de Castro organizaram o repertório existente, alinhavaram as profecias e comentários, fundamentaram a eleição do rei e da nação lusitana. Mais do que isso, escrita no exílio e, em parte, intencionando o apoio de outros reinos para sua causa, construiu uma obra dialogando, para negá-las, com outras teorias e interpretações [...] que identificavam em outras nações, reinos e locais a vinda da última monarquia. A elaboração de um edifício português da Quinta Monarquia fez-se não somente em razão de um Sebastianismo “nacional” e autonomista em relação a Castela. Fez-se também a fim de afirmar a posição capital da monarquia portuguesa entre as outras [...] (Lima 2010: 208).

Vale ressaltar ainda a filiação das ideias aqui expostas aos caminhos metodológicos propostos pelo historiador português Diogo Ramada Curto, o qual salientou as «relações de microconflitualidade» (Curto 2011: 54) que caracterizavam a colônia lusitana radicada na França, bem como noutras partes do continente europeu no começo do século XVII. Refletindo sobre o papel do Antigo Regime castelhano nos

conflitos de repercussão internacional, o historiador espanhol José Ibáñez observou que o degrado de cunho político acabou forjando micro sociedades concebidas «a partir de pulsões individuais e representações coletivas» (Ibáñez 2011: 127). Na mesma perspectiva, historiadores franceses, como Jean-Frédéric Schaub e Jean Delumeau, puseram em destaque o «sebastianismo no exílio» (Schaub 2001: 59) e a combatividade dos «exilados políticos portugueses» (Delumeau 1997: 184), respectivamente.

Lido e relido das mais diversas formas ao longo do tempo, até agora a historiografia não conseguiu compreender, tanto o advento, quanto as principais manifestações do fenômeno sebastianista através da recusa a «pertencer a outro lugar» (Said 2003: 55), ou como elemento relacionado à «sensação do provisório e do incerto» (Montañéz 2013: 36). Ao repercutir em seus escritos o aparecimento do D. Sebastião de Veneza, em 1598, o próprio Castro forneceu indícios a respeito da importância de seus conterrâneos exilados para arrebatar novos apoios à sua causa:

Vendo eu o grande thesouro em que tinha dado, corroborado com algumas autoridades que tinha descobertas nos livros: Dei parte a Dom Antonio de Menezes: e aos companheiros: Os quaes admirados de nova nam pensada, começaramse de alvoroçar, dando ouvidos a ella ate que a creram de todo, vendo as profeçias claríssimas que a afirmavam. Começamola apregoar em Paris por naturaes, e estrangeiros: escrevendoa eu a Nantes ao Padre Frey Estevam; a Roma e Inglaterra [...] (Castro *Apud* Serafim 2004 tomo I: 163).

Portanto, a compreensão do projeto messiânico português durante a União Ibérica parece exigir que o foco se volte também para fora dos limites territoriais do reino em questão, a exemplo do cosmopolitismo da cultura política que permeava as relações entre as diferentes cortes europeias durante a modernidade. Se, até agora, as pesquisas acadêmicas mapearam com êxito o trânsito interno de pessoas, textos e ideias que se encontram na origem de um dos maiores e mais longevos movimentos messiânicos da História, as conexões além-fronteiras ainda não entraram diretamente no escopo da recente produção historiográfica dedicada ao tema – tarefa que poderia inscrever a obra de D. João de Castro na rede clientelar que o ajudou, segundo suas próprias palavras, a satisfazer seus «desejos de fama» e «certas necessidadezinhas».

## Fontes

- Castro, D. João de (2011). *A Aurora da Quinta Monarquia (1604-1605)*. Introdução e Edição: João Carlos Gonçalves Serafim. Supervisão Científica: José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento.
- «-» (1614). *Novas Flores sobre a Paraphrase do Bandarra, com algumas retrataçoens de seu Autor*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 7º vol., cód. 4377.
- «-» (1621). *Tratado dos Portugueses de Veneza ou Ternario, Senario, e Novenario dos Portugueses, que em Veneza solicitaram a liberdade d’El Rey Dom Sebastião Nosso Senhor. Com mais huã breve mençam do Senhor D. Antonio*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 17º e 18º vol., cód. 4387-88.
- «-» (1621). *Tratado dos Portugueses de Veneza*. Apud: AZEVEDO, J. L. de. *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica, 1947.

## Bibliografia

- Albuquerque, Martin de (2000). *Estudos de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- André, Carlos Ascenso (1992). *Mal de Ausência: o canto do exílio na lírica do humanismo português*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Auerbach, Erich (1997). *Figura*. São Paulo: Ática.
- Azevedo, João Lúcio de (1947). *A Evolução do Sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica.
- Cielens, Isabelle (1985). *Trois fonctions de l’exil dans les oeuvres de fiction d’Albert Camus: initiation, revolte, conflit d’identité*. Thèse de doctorat d’Etat. Acta Universitatis Upsaliensis, Studia Romanica Upsaliensa 36, Uppsala, 208 p.
- Curto, Diogo Ramada (2011). “O Bastião! O Bastião!”, in Idem. *Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70.
- D’Antas, Miguel (s.d.). *Os falsos D. Sebastião. Estudo sobre a história de Portugal*. Francisco Sales Loureiro. Lisboa: Heuris.
- Delumeau, Jean (1997). *Mil anos de felicidade: uma história do paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dobroruka, Vicente (2000). “Considerações sobre o pensamento trinitário de Joaquim de Fiore”, *Revista Múltipla*, 6, 9-27.
- França, Eduardo D’Oliveira (1997). *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: HUCITEC.

- Franco, José Eduardo, Reis, Bruno Cardoso eds. (2006). "Introdução", in S. de Paiva, *Tratado da Quinta Monarquia*. Coleção Pensamento Português. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Hespanha, Antonio Manuel (2006). "A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime", *Revista Tempo*, 11, 121-143.
- Hermann, Jacqueline (1998). *No Reino do Desejado: a construção do Sebastianismo em Portugal – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IBÁÑEZ, José Javier Ruiz (2011). "Servir segundo a dignidade: exílios políticos e administração real na Monarquia Hispânica (1580-1610)", in Rodrigo Bentes Monteiro, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho, Jorge Flores (eds.), *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 105-132.
- Lima, Luís Filipe Silvério (2010). *O Império dos Sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo & messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda.
- Montañéz, Amanda Pérez (2013). *Vozes do Exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. Londrina: Eduel.
- OVÍDIO (2009). *Cartas Pônticas*. Introdução, tradução e notas de Geraldo José Albino; revisão da tradução Zelia de A. Cardoso. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Pinto de Castro. Aníbal (1994). "Introdução", in D. João de Castro, *Discurso da Vida do Rey Dom Sebastiam*. Reprodução fac-similada da edição de Paris (1603). Lisboa: Edições Inapa.
- Queiroz, Maria José de (1998). *Os Males da Ausência ou a Literatura do Exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Rodrigues, Bruno Romano (2016). *Ovídio à Lusitana. Exílios Portugueses Durante a União Ibérica (1604/1605)*. Jundiaí-SP: Paco Editorial.
- Said, Edward (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schaub, Jean-Frédéric (2001). *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Serafim, João Carlos Gonçalves (2004). *D. João de Castro, o 'sebastianista'. Meandros de vida, e razões de obra*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tomos I e II.
- « – » (2013). "Consertar o reino para tempos de paz – D. João de Castro e o 'Discurso Fallando com el Rey D. Sebastião', 1588", *VS 20*, 7-72.
- Sérgio, António (1980). "Interpretação não romântica do sebastianismo", in Idem. *Ensaios*. Tomo I. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

- Serrão, Joaquim Veríssimo (s.d.). *O reinado de D. Antonio, Prior do Crato*. Vol. I (1580-1582). Coimbra: s/e.
- Silva, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez* [CDROM] Lisboa: CNCDP, vol. III, Verbete "D. João de Castro".
- Valensi, Lucette (1994). *Fábulas da Memória. A Batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Vidal, Paloma (2004). *A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul*. São Paulo: Annablume.

